CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CMDCA
ASSEMBLEIA ORDINÁRIA
Ata nº. 08/2021

1

2

3

4

5

6

7

8

9 10 Aos dezessete dias do mês de março de dois mil e vinte um, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDCA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob coordenação da Presidenta ROBERTA GOMES MOTTA e na presença dos:

Plenária Virtual 08

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Rosana Fernandes Nunes e Maria Dorilda S. 11 Vivian Xavier, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, 12 APAE/POA; Luís Carlos Enck, Fundação Tênis; Sheila Aparecida Maia Teixeira, 13 Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP; Graziella Costa Emmert, Casa 14 do Menino Jesus de Praga; Lenira L. da Silva, Círculo Operário Porto Alegrense; 15 Leoni Rizzi, Pequena Casa da Criança; Simone Romanenco, Sociedade Educação e 16 Caridade - SEC: Carl, Sociedade Educação e Caridade - SEC; Everton Silveira, 17 Instituto Cultural São Francisco de Assis - CPCA; Roseli de Fátima dos Santos, 18 19 União Sul Brasileira de Educação e Ensino - USBEE; Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM; Priscila Contini Marcondes e Vera Rosane 20 Helfensteller, Federação Espírita do Rio Grande do Sul - FERGS; João Batista 21 Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres; Gustavo Waschburger, Obra Social 22 Imaculado Coração de Maria - OSICOM. 23

- CONSELHEIROS DO GOVERNO: Gustavo Garcia Brock, Secretaria de Governança
 Local e Coordenação Política; Otília Maria Henz de Abreu, Secretaria Municipal da
 Fazenda SMF; Taís Soares Feldens, Secretaria Municipal de Saúde SMS; Luciano
 Ventura, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social SMDS (Direitos
 Humanos); e Fernanda Kerbes, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social –
 SMDS.
- 30 **<u>DEMAIS PRESENTES</u>**: Denise Musel e Luiz Henrique Frota, **Administrativos CMDCA**.
- PAUTA: 1 LEITURA DA PLANILHA DA PLENÁRIA ANTERIOR E SOLICITAÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE ATA; 2 DEBATES E DELIBERAÇÕES: COMISSÕES, FINANÇAS, POLÍTICAS E REORDENAMENTO; 3 INFORMES.
- 34 Após a conferência de *quorum* a Sra. Presidenta deu início aos trabalhos:
- Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS ACM: Iniciando um 35 pouco atrasados. Pessoal, vamos começar pelas comissões, depois a gente vai tratando 36 37 se tiver mais alguma pauta, a gente vai montando. Então, eu tenho aqui na pauta O PÃO DOS POBRES, que é da Comissão de Finanças. Eu posso iniciar com esta pauta. É o 38 Processo SEI 20.0.000110580-0, do TF. 58/2020. A instituição está desde o ano passado 39 tentando encaminhar o plano de aplicação dela. Aconteceram alguns equívocos, o 40 processo ficou parado e foram receber o recurso no dia 08/03. Acontece que a folha 41 42 destinada para esse plano de aplicação vinha sendo bancado pela OSC com recurso próprio. O que eles pedem? Como entrou o dia 8, segunda-feira, e eles pagaram a folha 43

no dia 5, solicitamos reembolso. A comissão é favorável, porque realmente nós tivemos inúmeros equívocos no decorrer desse processo. Inclusive, perguntaram se poderiam e eu falei que é um direito da instituição pelo tanto de atrasos que aconteceram. Então, não entrando nem dia 15 e nem dia 30, conforme a gente já tinha acertado de fluxo. Diante disso a gente é de PARECER FAVORÁVEL ao reembolso da OSC. Dúvidas? Então, em regime de votação quem é favorável ao reembolso da OSC O Pão dos Pobres, por gentileza, levante a mão na tela ou coloca no chat. Contrários? Abstenções? Uma abstenção do João Rocha. APROVADO O PARECER DE REEMBOLSO. O próximo ponto de pauta é o SEMPRE MULHER. É só o informe, né? Otília Maria Henz de Abreu (T), Secretaria Municipal da Fazenda - SMF: O Sempre Mulher é o seguinte, eles pediram uma reunião com a Comissão de Finanças, só que eles têm um termo de fomento que vai passar pela PGM. Eu prefiro esperar a PGM aprovar, porque eles já querem mexer nesse termo lá. Então, prefiro que passe o termo primeiro, porque voltar para traz de novo vai demorar mais 60 dias a partir de agora. Então, vou escrever agora para o Luiz Henrique pedir para eles aguardarem o termo de fomento ser aprovado e depois nós vamos marcar reunião. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: Sim, porque foram vários processos. A gente está informando em plenária, porque e alguém perguntar já sabe o fluxo desse processo. O próximo é ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE PESQUISA ESTUDO E PREVENÇÃO DE DOENÇAS RESPIRATÓRIAS - AAPA. Luís Carlos Enck, Fundação Tênis: Vamos lá, é o SEI 20.0.000048263-4 - Associação de peito Aberto, Projeto Manutenção e Qualificação dos Atendimentos. A Comissão de Finanças é de PARECER FAVORÁVEL à solicitação referente à utilização do saldo remanescente da 4ª parcela de 6, do TF. 034/2020, no valor de R\$ 967,69, desde que utilizada na mesma rubrica. O motivo que ocasionou esse sábado é porque o mês de fevereiro é composto por quatro semanas, que faz com que o valor do pagamento dos técnicos seja menor devido a serem pagos por semanas de trabalho, o dia de trabalho. Logo, o mês de março terá cinco semanas, o que aumenta os valores a serem pagos, será a utilização desse saldo conforme ofício enviado pela OSC em 03/03/2021. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: Eles são horistas. Otília Maria Henz de Abreu (T), Secretaria Municipal da Fazenda -SMF: E é permitido pagamento assim? Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Mocos do RS - ACM: Sim, a instituição escolhe a forma de contrato. Por exemplo, na ACM quem faz um número mero de horas trabalha como horista, é um contrato fechado de tantas horas mês, trabalha por hora trabalhada. Alguma dúvida? Então, em votação, quem é favorável ao parecer? Contrários? Abstenções? Nenhuma abstenção. Então, APROVADO POR UNANIMIDADE O USO DO SALDO DA OSC. O próximo processo é da FUNDAÇÃO TÊNIS. Eu fiz o aparecer, é o Processo SEI 20.0.000011645-0. A OSC previu na planilha físico-financeira o pagamento de uma assessoria executiva e agora eles foram contemplados com o projeto da lei de incentivo ao esporte e eles gostariam de trocar para pagamento da coordenadora pedagógica, ambos constam no projeto original. Então, uma comissão é de parecer favorável a essa troca, porque não vai ter nenhum tipo de movimentação, nem na rubrica e nem em nenhum tipo de movimento Então, a comissão é de PARECER FAVORÁVEL. Dúvidas? Questionamentos? Então, quem é favorável ao parecer da Comissão de Finanças, por gentileza? Uma abstenção do Biba. FERGS uma abstenção. Alguém contrário? APROVADO O PARECER FAVORÁVEL. Agora é o processo do CALÁBRIA, Projeto Casas Lares Unidos pelo Afeto. Acho que ficou contigo, né, Fe? Fernanda Kerbes, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS: Sim. POBRES SERVOS DA DIVINA PROVIDÊNCIA. A Comissão de

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57 58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68 69

70 71

72

73

74 75

76

77 78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

Finanças é de PARECER FAVORÁVEL à alteração do Projeto Casas Lares Calábria Unidos pelo Afeto, apresentado em 15 de março de 2021. Documentos 6134.583.12, no valor de R\$ 250 mil sem retenção por tratar-se de acolhimento institucional. Ele é o Processo 19.0.0000146826-2. O projeto retornou para a gente, é um processo de 2019, ele retornou porque eles haviam solicitado uma alteração no valor que foi aprovado pelo CMDCA em 30 de dezembro. E referente à alteração, então, eles apresentaram um novo projeto, com novas despesas. A gente analisou a semana passada, fez algumas observações que foram corrigidas. Então, agora ele está completo. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: Então, em votação, por gentileza, quem é favorável ao projeto do Pobres Servos da Divina Providência? Contrários? Abstenções? Uma abstenção da Sheila. APROVADO O PARECER FAVORÁVEL. O próximo é FUNDAÇÃO THIAGO DE MORAES GONZAGA. Foi o Luciano. Luciano Ventura, Direitos Humanos - SMDSE: Em relação à solicitação da OSC, Processo SEI 20.0.00068255-2. Essa instituição havia feito uma reunião há um tempo, houve algumas orientações e de acordo com as orientações está encaminhando para nós o Ofício 15/2021. Estão solicitando duas coisas nesse ofício, que o recurso da parcela recebida, a Parcela 6/12, possa ter um prazo de 60 dias para utilização do recurso ao invés de 30, para que eles pudessem pagar despesas de 2 meses ao invés de um mês só com o mesmo recurso. E em função desse mesmo motivo, porque sobraram recursos que não serão utilizados nesse primeiro mês, eles informam que o saldo seria estimado em R\$ 13.474,00, oriundos de recursos que seriam pagos folha de pagamento e a compra de um computador que serviria para banco de dados da instituição. Neste ofício eles estão justificando que havia uma previsão de abertura e de maior número de contratações de pessoal, que não houve em função do agravamento da pandemia, bem como computadores, que receberam um por doação, que inclusive é melhor do que esse que eles estavam solicitando. Então, esses dois recursos, esse valor estimado em 13 mil, pudessem ser realocados para pagamento de prestação de serviços de terceiros. É uma mudança de rubrica, uma mudança importante e cabe lembrar que a aquisição de computador, por exemplo, ele seria uma despesa de material permanente e o pagamento de serviço de terceiros uma despesa de rubrica corrente. Na oportunidade a gente já conversou sobre isso, eu esclareci na época que isso pode acontecer, o oposto não, se fosse o contrário, eles têm uma despesa de material corrente, aí o velho já está aprovado e eles querem comprar, alguma aquisição de material permanente, daí não é possível, não pode trocar a rubrica, o oposto pode. Então, a Comissão de Finanças é de PARECER FAVORÁVEL à solicitação da OSC referente ao Ofício 15/21 para utilização de recursos da Parcela 6/12 seja de 60 dias, bem como a utilização dos recursos previstos para pagamento de pessoal e de compras de equipamentos de informática, que não foram necessários e estavam previstos, sejam utilizados neste mês a mais para pagar serviço de terceiros. Convém informar que a OSC prevê (Inaudível/interferência no áudio) para serem utilizados no mês subsequente um saldo estimado de R\$ 13.474,00. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: Eu só fico na dúvida se não tem nada na rubrica do mês que vem. Luciano Ventura, Direitos Humanos - SMDSE: Tem pagamento de serviço de terceiros do mês. Vai sobrar recursos. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: Tá. Então, retira o meu questionamento, eu tinha entendido que não estava grifada a rubrica de terceiros. Então, está tranquilo, eu não tinha entendido direito. Alguma dúvida, pessoal? Então, coloco em votação os dois pedidos, a prorrogação de prazo e a alteração entre as rubricas existentes. Quem é favorável, por gentileza? Abstenções? Contrários? Uma abstenção da Leoni. APROVADO O PARECER FAVORÁVEL ÀS

92 93

94

95 96

97

98 99

100

101

102

103

104

105

106 107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120 121

122

123

124

125126

127

128

129 130

131

132

133

134

135 136

137

138

139

SOLICITAÇÕES. Então, o próximo: ASSOCIAÇÃO CRUZEIRAS DE SÃO FRANCISCO, é edital. Roseli de Fátima dos Santos, União Sul Brasileira de Educação e Ensino -USBEE: É o Processo SEI 20.0.000030488-4, da Associação Cruzeiras de São Francisco. A Comissão de Finanças é de PARECER FAVORÁVEL à solicitação da OSC, referente ao plano de aplicação do Projeto Adequação das Instalações Proporcionando Acessibilidade ao Programa Habilitação e Reabilitação, com recursos do Edital nº 20/2019. Orçamento e plano de aplicação corretos. E a reforma do espaço para a garantia de acesso. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS -ACM: Então, dúvidas, questionamentos, pessoal? Quem é favorável, então, ao processo, por gentileza, um oizinho ou no chat. Alguém contrário? Abstenções? Então, APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER FAVORÁVEL. O próximo processo é da FERGS, para a Comissão de Políticas. Lenira L. da Silva, Círculo Operário Porto Alegrense: Ficamos com o da FERGS de manhã, SEI 20.0.0000114259-4, no valor de R\$ 2.379.759,80. Nós somos de parecer favorável e passamos para a Comissão de Finanças. Maria Dorilda S. Vivian Xavier, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/POA: Eu encaminhei com cópia para a Roberta. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: Eu vi, foi passado hoje. A Comissão de Finanças analisou o projeto hoje ou não? Otília Maria Henz de Abreu (T), Secretaria Municipal da Fazenda - SMF: Não. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: Era só para saber, para anotar aqui. O próximo é uma solicitação de atestado do INSTITUTO RENASCER, que está em análise desde o dia 03/02. Comissão de Registro. Graziella Costa Emmert, Casa do Menino Jesus de Praga: O Instituto Renascer solicitou o atestado de funcionamento, no entanto, enviou uma documentação errada, ele enviou uma documentação como se fosse para solicitação de registro. Foi solicitado à gerência orientar a organização a enviar as documentações corretas para o atestado de funcionamento, que é o relatório de 2020 e o plano de ação de 2021. Do Instituto Renascer é isso. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: O próximo da pauta: AMORB. Foi para a Comissão de Registro dia 12/02. Graziella Costa Emmert, Casa do Menino Jesus de Praga: Não analisamos hoje. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: ASSOCIAÇÃO DE MORADORES JARDIM PAINEIRAS. Graziella Costa Emmert, Casa do Menino Jesus de Praga: Também não. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: KINDER? Graziella Costa Emmert, Casa do Menino Jesus de Praga: Sim. Ela solicitou o atestado de funcionamento, nós avaliamos a documentação, está ok, só teve uma alteração estatuária, no art. 31. Então, solicitou o atestado e a comissão é de PARECER FAVORÁVEL à emissão do documento. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: Então, por gentileza, quem é favorável e se manifeste, mãozinha levantada. Todo mundo ok. Contrários? Abstenções? APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. O próximo é a ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR MOINHOS DE VENTO. Graziella Costa Emmert, Casa do Menino Jesus de Praga: Ela solicitou o atestado de funcionamento, ela possui um registro bastante antigo, que foi feito lá em 2005, mas nunca houve inscrição em programas. A comissão analisou toda a documentação e verificou que a instituição não desenvolve nenhum trabalho direcionado para criança e adolescente, para esse público. Ela desenvolve inúmeros projetos, mas todos direcionados para a população adulta, com temáticas voltadas ao SUS, à sustentabilidade, a qualidade de vida. Então, assim, não tem nada, em nenhum momento. Eles enviaram uma documentação bastante completa, mas criança e adolescente não aparece em contexto nenhum. O parecer da comissão é

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

DESFAVORÁVEL à emissão do atestado de funcionamento e encaminhamento para a gerência para enviar um e-mail para eles orientando como obter o atestado, que é necessário ter o programa ou projeto voltado para o público criança e adolescente. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: Alguma dúvida, pessoal? Então, quem é favorável ao parecer desfavorável da Comissão de Registro? Contrários? Abstenções? Uma abstenção da Otília. APROVADO O PARECER DESFAVORÁVEL DA COMISSÃO. A Denise está me perguntando se a Moinhos de vento ficará suspenso no momento, porque ele tinha um registro, né. Graziella Costa Emmert, Casa do Menino Jesus de Praga: Só que, na verdade, esse registro nunca foi ativado, pelo que a gente entendeu na documentação ele nunca teve nenhuma inscrição em projeto, em programa. Foi um registro que foi feito lá em 2016 e nunca mais se manifestaram. Então, não sei o que tem de registro. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: Se eles não enviaram nem relatório, nem plano, é porque estão cancelados. Graziella Costa Emmert, Casa do Menino Jesus de Praga: Isso, não tem nada. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS -ACM: Olha, se faz tanto tempo tem que arquivar o registro deles, mas eu vou verificar se tem relatório e plano. Como já tem este parecer. A Comissão de Registro terminou, vocês tem mais alguma coisa? Graziella Costa Emmert, Casa do Menino Jesus de Praga: Tem sim, nós tínhamos colocado na pauta mais duas questões. O informe de uma OSC, a CONSERVIR, que enviou um ofício informando o encerramento das atividades desenvolvidas na área da Educação Infantil em 2020. Então, é somente um informe mesmo, que eles estão com os serviços desativados. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: Ok. Eles não receberam, informaram o ano passado, porque foi no meio do ano, o edital foi cancelado, nessa parte que era especificamente dessa instituição, porque não foi nem transferido para outro lugar, foi fechado mesmo. E no atestado de funcionamento a mesma coisa. Então, menos uma instituição, só para deixar claro. Graziella Costa Emmert, Casa do Menino Jesus de Praga: E nós também gostaríamos de apresentar a proposta de resolução do registro provisório, que já está pendente há duas plenárias. Hoje a comissão conseguiu de debruçar sobre isso e a gente traz uma proposta. Coloco para apresentar aqui na tela? Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: Pode fazer a apresentação na tela. Antes disso, só para dar um retorno da Moinhos de Vento, a Denise disse que eles receberam o atestado de funcionamento como indireto em 2018. Em 2019 não solicitaram, pelo que consta na lista, e esse processo da comissão é de 2020. Então, agora em 2021 segue nessa mesma linha que a Grazzi falou, ele está suspenso porque não há evidência de trabalho com crianças e adolescentes. Então, pode colocar no parecer "registro suspenso". Obrigada, era só para esclarecer com vocês. Graziella Costa Emmert, Casa do Menino Jesus de Praga: Eu vou fazer a leitura dele: (Leitura orientações para o processo de registro de organizações da sociedade civil no CMDCA durante o período e pandemia do Covid-19). Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: Esses mesmos documentos, vocês não tem nenhum documento que não seja pedido, fora o vídeo, né, que não seja pedido quando o acesso era normal? Graziella Costa Emmert, Casa do Menino Jesus de Praga: Não, só o vídeo. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS -ACM: Eu colocaria a sugestão de ali no vídeo podendo ser dividido em três vídeos de 1 minuto, por causa do tamanho dele para transferir. Grazzi, eu acho que também incluir fotos. Graziella Costa Emmert, Casa do Menino Jesus de Praga: Claro, com certeza. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: E nós temos mais

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198 199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213214

215

216

217

218219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230231

232

233

234

235

algum assunto da comissão? Graziella Costa Emmert, Casa do Menino Jesus de Praga: Não, só isso. Fernanda Kerbes, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS: Lá no final, onde foi lido "regimento permanente", eu proponho substituir por "registro definitivo". Nada é definitivo, né, tanto que a gente deveria fazer uma atualização de 4 em 4 anos. Não se faz porque não se tem pernas e tempo, enfim, energia para isso. Então, essa é a proposta. Graziella Costa Emmert, Casa do Menino Jesus de Praga: Mas é registro, não é regimento. Fernanda Kerbes, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS: Então, quanto ao termo permanente ou definitivo coloco para a gente apreciar. Na verdade, nada é permanente e nem definitivo, mas entendo que o definitivo seja o oposto de provisório. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: O registro vai ser para sempre da instituição, mesmo que não tenha servico ativo. Então, a tua lógica é interessante. Eu acho que podemos pensar em enviar um informativo para todas as OSCs que tem algum pedido na Comissão de Registro, porque como não estávamos acostumados com o processo, a gente reviu, encaminha a resolução acerca das deliberações. A gente pode mandar uma explicação. Luciano Ventura, Direitos Humanos - SMDSE: Uma sugestão para o termo, só para não ficar com a ideia que é para sempre, colocar "registro efetivo". Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: Na verdade, se a gente não tem provisório e nem outra coisa, a gente não poderia colocar, é só registro e pronto. Luciano Ventura, Direitos Humanos - SMDSE: Mas neste caso não vai ser feita a visita e depois vai ser feita, aí o registro vai ser reanalisado, aí é importante a gente colocar que esse registro está sobre a possibilidade ou probabilidade de análise. A gente pode usar um termo provisório e depois colocar o termo como efetivo e não como definitivo. Graziella Costa Emmert, Casa do Menino Jesus de Praga: É que o registro provisório enquanto for provisório também é efetivo. Luciano Ventura, Direitos Humanos - SMDSE: Legalmente sim. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: É, entra bem na linha do que ele pretende ser. Pessoal, pode ser "efetivo"? Alguma manifestação contrária? Bom, se a gente não tem mais nenhuma manifestação é importante ficar como "efetivo". Mais alguma coisa, pessoal? Então, podemos votar? Em votação a resolução de registro provisório, quem é favorável? Contrários? Abstenções? Uma abstenção da FERGS. APROVADA A RESOLUÇÃO DE REGISTRO PROVISÓRIO. Só para a gente terminar a Comissão de Políticas, o Luciano tem uma retificação de um parecer da semana passada, da ACM Morro Santana. Ele pode falar para nós a partir do parecer que foi feito. Luciano, pode? Luciano Ventura, Direitos Humanos - SMDSE: Roberta, eu não estou com o processo aberto agui, com o parecer. Eu acho que a Fernanda tem, aí eu faco só a observação que tem ali. Tem um equívoco no texto da resolução que foi publicada e no entendimento daquilo que foi aprovado. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: Eu tenho aqui, eu posso abrir. Eu poso fazer a leitura da resolução para ver, porque tem uma diferença: A Comissão de Finanças é de parecer favorável à solicitação da OSC através do e-mail de 03/03/2021, substituindo a decisão da Junta Administrativa por advertência deste Conselho, especialmente, informando que em caso de reincidência a OSC terá que devolver os recursos aplicados de maneira diversa do apresentado no plano de aplicação de recursos. Luciano Ventura, Direitos Humanos - SMDSE: Esse é o parecer da comissão, que foi levada à votação e que foi aprovada. O texto da resolução que foi publicado está diferente disso. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Mocos do RS - ACM: Isso, o texto da resolução diz que alterando, como se estivesse aceitando nos próximos planos de aplicação esse equívoco da OSC. Na verdade, não, a

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254255

256

257

258

259

260

261262

263

264

265

266

267

268269

270

271

272

273

274275

276

277

278279

280

281

282

283

gente aprovou nessa parcela, porque era uma situação específica, que eu conversei com o Luciano que os encargos sociais, pagamento de saúde, que isso aconteceu com o Calábria esses dias. Pagamento de saúde, a gente pelo sindicato é obrigado a disponibilizar o plano de saúde para o colaborador, mas a gente não paga, quem paga é o colaborador, não tem nem desconto, nem nada, é integral, 100% do colaborador, mas a gente tem que disponibilizar. A gente sempre colocou isso como encargo de pessoal. porque é um benefício que está lá no dissídio e a partir da composição da cartilha sugere que isso sejam encargos de terceiros. Luciano Ventura, Direitos Humanos - SMDSE: O entendimento da minha parte é que pode ser apresentado o plano de aplicação ou na prestação de contas tanto como serviço de terceiros, como pessoal e encargos, porque cabe ao empregado da OSC que vai fazer uso do plano de saúde. Na maioria das vezes o empregado paga uma parte e o empregador paga outra. Então, que era plenamente justificável. Em relação ao fato de estar na cartilha, bem, a cartilha pode ser revista, então, não há nenhum problema. Se juridicamente não há problema e eu entendo que não há, a cartilha de prestação de contas que orienta as OSC em fazer a prestação de contas pode ser revista, não há nenhum problema. Eu acho que tem que refazer a resolução que foi publicada, fazendo uma errata para publicar de acordo com o texto que foi aprovado em plenária. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: Sim. Quando teve a situação do Calábria, até pedi orientação para a Verônica, que passasse a questão para a PGM quanto essa situação. Eu acho que é bem importante eles se manifestarem quanto a isso. A Sheila está me dizendo que a OSC devolveu o recurso. Sim, ela devolveu o recurso porque precisava receber a próxima parcela e a dirigente me informou que ela ia fazer no período mais rápido, ia devolver para poder liberar a próxima parcela. Aí já causou um prejuízo para a OSC. Luciano Ventura, Direitos Humanos – SMDSE: Eu não estou com a resolução aqui para ler para todos, mas a diferença é que na resolução está, se eu não me engano, dizendo que a comissão aprova a alteração do plano de aplicação, não foi isso que foi aprovado, foi aprovada a substituição da punição, por assim dizer, da Junta Administrativa de devolução de recursos pela pena administrativa... Me ajuda aí, Roberta. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: A notificação neste momento e já informando da advertência. Luiz, eu vou te encaminhar o texto e a gente só republica ela. Tinha mais um pedido da mesma OSC, que não chegou, que era um pedido de prorrogação de prazo, que estão vencendo os prazos. Eu lamento ser da OSC da qual eu represento aqui também, mas eu preciso falar isso, que está em atraso, porque não foram analisados, que era prorrogação de prazo por mais 30 dias e também alteração da data de recebimento, porque quando eles informaram no dia 15 gostariam de alterar para o dia 30 o recebimento. Otília Maria Henz de Abreu (T), Secretaria Municipal da Fazenda - SMF: E por que não chegou na Comissão de Finanças? Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: Eu não tenho essa informação, por isso que eu estou vendo agora aqui. Luciano Ventura, Direitos Humanos - SMDSE: Nenhum dos dois ofícios chegou na Comissão de Finanças, chegou o processo e a informação do processo, dentro do processo tem o e-mail trocado entre a OSC e o CMDCA, o administrativo do CMDCA. Não tem os ofícios no processo. E tão pouco esse solicitando a substituição da pena da Junta, nem a outra solicitando a prorrogação de prazo. Eu fiz a análise baseado no e-mail que tem no para, não no ofício, porque o ofício não está lá. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: Semana que vem vai chegar para a instituição e eu acho que tem que mandar que está em análise e que não vai ter prejuízo, porque daqui a pouco o pessoal da UOF vai dizer que está em atraso a prestação de contas. E eles queriam receber no prazo próximo e vai

285

286

287

288 289

290

291

292293

294

295296

297

298

299

300

301

302 303

304

305

306

307

308 309

310

311

312

313

314315

316

317

318 319

320

321 322

323

324 325

326

327

328

329

330

331

atrasar todo o processo. Então, eu acho importante a gente semana que vem ver onde estão também esses processos para passa aqui. Só para deixar registrado. Otília Maria Henz de Abreu (T), Secretaria Municipal da Fazenda - SMF: Eu fico à disposição, o pessoal pode me passar que eu vou fazendo de acordo com a minha disponibilidade, vou despachando e já deixo pronto. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: Eu já anotei esses projetos mais específicos que estavam perdidos, que são prioridade, como o da FERGS, da Fundação Tênis e esses da ACM Morro Santana. Vamos seguir, a Comissão de Finanças tem o MDCA. Otília Maria Henz de Abreu (T), Secretaria Municipal da Fazenda - SMF: O MDCA, Processo SEI 20.0.000106151-9. A Comissão de Finanças é de PARECER FAVORÁVEL ao Projeto MDCA Novos Desafios e Novos Caminhos 2021/2022, de R\$ 807.547,20, com 5% de retenção. Com a seguinte ressalva: Somente liberar após entrega da documentação solicitada pela Comissão de Políticas. Como houve esse problema hoje desse atraso eu fiz a análise, a comissão é de parecer favorável, só que eles estão devendo algumas documentações que a Comissão de Políticas pediu. A Comissão de Políticas pediu: Solicitamos à Gerência que solicite à organização documentos de CNPJ, relação de atendidos e certidão negativa. São três documentos que faltam. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS -ACM: Só para acelerar, a OSC já enviou de manhã informando que vai enviar ainda hoie. mas como não enviou ainda fica condicionada essa questão para dar segmento nessa carta de captação. Em votação, quem é favorável ao parecer da Comissão de Finanças com as devidas ressalvas? Abstenções? Contrários? Então, pelo que eu vejo aqui APROVADO POR UNANIMIDADE. Tem mais algum projeto, Otília? Otília Maria Henz de Abreu (T), Secretaria Municipal da Fazenda - SMF: Não. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: Então, o Biba tem o processo Ilda Mosqueti, do edital. Luís Carlos Enck, Fundação Tênis: É o Processo SEI 20.0.000048263-4 -GRUPO ESCOTEIRO ILDA MOSQUETI, Projeto Educar para Servir. A Comissão de Finanças entende que o processo deve ser enviado para a UOF, visto que já possui a minuta do teu termo de comprovação com o plano de aplicação definido. A gente achava que não tinha nada para fazer aqui hoje. Luciano Ventura, Direitos Humanos - SMDSE: Sim, analisando o processo a gente viu que a OSC, enquanto tramitava o processo do edital solicitou a alteração do plano de aplicação e como consequência o plano de trabalho. E esse plano novo já é o anexo do termo de colaboração, uma vez que ele já está constando como anexo do termo, significa que a UOF já aprovou essa alteração. Então, não é necessário que passe pela comissão. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: Eu acho que veio para cá porque todo o processo do edital foi analisado o projeto e o plano de aplicação. Se elas mudara tem que ver se o plano de aplicação bate com o projeto. Luciano Ventura, Direitos Humanos - SMDSE: Baseado na experiência que eu tive na UOF que eu opinei que se o plano de aplicação e o plano de trabalho foram apresentados no processo, a UOF fez a análise e colocou como anexo do termo, não há nenhuma tramitação da UOF para o CMDCA solicitando essa análise da plenária. Foi um envio do próprio CMDCA para a plenária, eles podem ter feito a análise do processo e entendido que precisava passar. Bem, eu fiz a análise e não precisa passar. Acho que o adequado é que a UOF nos diga. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS -ACM: Nós devolvemos o parecer internamente para a UOF com essa questão, para sabermos qual o entendimento. Luciano Ventura, Direitos Humanos - SMDSE: Exato, que nos diga o que precisa analisar, porque não está claro e no meu entendimento não precisa passar por nós. Neste momento o processo está na Junta Administrativo para se

334

335

336

337

338 339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353 354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368 369

370

371

372373

374

375

376

377

378

379380

manifestarem em relação ao termo, inclusive, o despacho não faz menção em relação à troca de plano, o despacho faz menção para que a Junta Administrativo se manifeste em relação ao termo de colaboração. Luís Carlos Enck, Fundação Tênis: O parecer: Encaminhar à plenária para conhecimento e posteriormente para a Gerência para seguir o trâmite normal do processo. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: Pode mencionar questionando a UOF quanto a qual deliberação precisa deste conselho. Luís Carlos Enck, Fundação Tênis: Está aqui também. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: Então, está ótimo. Só encaminhar para a Gerência, que vai encaminhar direto à UOF. Não precisa de votação. Mais algum processo contigo, Biba? Luís Carlos Enck, Fundação Tênis: Não. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: Luciano e Fernanda, mais algum processo com vocês? Luciano Ventura, Direitos Humanos - SMDSE: Não, era só esse. Fernanda Kerbes, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS: Não tenho. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: Tem uma solicitação que estava conosco, mas achei um pouco diferente. Então, a gente traz para a plenária se manifestar. Tem uma OSC que está aguardando um plano de aplicação que está em andamento, para receber umas parcelas, só que tem outro plano de aplicação de parcelas bem menores, que está em andamento, estão pagando. Ela mandou uma solicitação para encerrar o termo. Ela encerra o termo agora para poder tramitar o outro, que o valor porque maior. Eu digo que é inusitado porque eles e perderam, encaminharam dois processos do mesmo projeto, dois planos de aplicação do mesmo. Então, solicita o encerramento do anterior para poder receber esse novo. É o INSTITUTO DA CRIANÇA COM DIABETES. Otília Maria Henz de Abreu (T), Secretaria Municipal da Fazenda – SMF: Eu fiz um parecer, quer que eu leia? Coneta Ótimo. Pode ir. Otília Maria Henz de Abreu (T), Secretaria Municipal da Fazenda - SMF: A Comissão de Finanças solicita enviar e-mail ao Instituto da Criança com Diabetes informando que o novo Termo de Fomento 056/2020 irá demorar mais ou menos 60 dias, pois irá para a PGM. Solicita que a OSC se manifeste de deseja cancelar mesmo com esse tempo de espera. Informa ainda que o pedido de cancelamento deve vir com a solicitação do retorno do saldo do Termo 026/20 para a instituição. Se não vai para o fundo, tá, pessoal? Eu fiz um parecer e a gente manda para se manifestar, porque se a gente cancelar o dinheiro volta para o fundo. São mais duas parcelas de 7 mil, mas vai levar 60 dias. O dia que a gente cancelar, cancela um e no outro já pode ser liberado. Ela tem que ser orientada, senão pode ser prejudicada nessa espera. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: Obrigada, Otília. Então, mais alguma coisa da Comissão de Finanças? Acho que terminou, né? Só tenho aqui para esclarecer um processo que a gente já votou, é o SEI 20.0.00030488-4, que o pessoal analisou a lista, do processo das IRMÃS CRUZEIRAS DO SÃO FRANCISCO. Na lista anterior tinha mais de três crianças acima de 18 anos. Então, era só para substituir uma lista que não tivesse criança maior de 18 anos e como a gente leu no dia não tinha nenhuma criança maior de 18 anos, apenas uma aniversariante. Ele já foi votado, mas a gente tinha ficado com essa dúvida quanto ao parecer. Vocês lembram disso? Então, só estou retificando para vocês, a comissão fez a análise e a lista está ok. Foi uma substituição de lista para ficar redondo o processo. Nós temos a questão do Edital do CMDCA, a Verônica me passou uma planilha, um relatório do Edital do CMDCA, de quem foi pago no primeiro lote, quem foi pago e alguns que estão ainda encaminhando documentos. E me informou que já está em análise o segundo lote. E aí eu gostaria que a gerência encaminhasse ao fórum esse informativo, informando que o primeiro lote está

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406 407

408

409

410

411

412

413

414

415

416 417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

sendo pago e segundo lote já está em análise. Então, as instituições vão receber algumas demandas de informações e precisam responder a documentação. E dentro disso informando também que as equipes já estão em plena transição, já tem um número bem efetivo de colaboradores do Desenvolvimento Social, a gente já tem conversado sobre algumas coisas que eu já sinalizei para o secretário aquele dia em reunião e também questionei ele algumas coisas no privado, assim, não ele em especial, mas o próprio gabinete, de algumas coisas que a gente precisa dar andamento, como os processos do edital e da Resolução nº 50. A gente precisa dar seguimento e dar retorno para as instituições de como estão os processos, como está o processo e quando que a instituição vai receber. Ela não pode ficar à mercê da prefeitura, precisa ter um prazo para receber. Eu tenho informado as instituições que a gente está fazendo uma forçatarefa dos processos do ano passado, mas que vai (Inaudível/interferência no áudio). Então, agora quando começa o processo de transição com um número maior, a gente precisa se alinhar para dar o devido retorno para as instituições. Só para avisar vocês que eu tenho acompanhado esse processo junto à Prefeitura. Comissão de Políticas tem alguma questão? João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres: A resolução da prorrogação de atestado nós fizemos hoje. Tu gueres que leia? Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: Pode ser sim. João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres: Nós pegamos o início, com a introdução que a Fernanda Kerbes tinha feito para a outra resolução, que está bem alinhado com a resolução da pandemia; então, a parte inicial está bem em sintonia com a outra resolução que saiu, em relação àquela questão do atendimento de crianças e adolescentes. (Leitura da resolução da prorrogação de atestado). Então, é a prorrogação de prazo e a gente sugeriu agosto, que é um mês após o nosso prazo de vigência, depois das eleições do CMDCA. Fica aberto às considerações. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: Eu ia dar a sugestão de dar até 30 de outubro, por essa questão de ter nova eleição e porque também a gente não sabe até quando vai ter a situação da vacina, porque pelo o que se sabe o segundo semestre que vai vir um número maior. Mais alguma manifestação, pessoal? João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres: De minha parte concordo que seja outubro. Maria Dorilda S. Vivian Xavier, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/POA: Eu também acho, é de bom tamanho. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: O pessoal está colocando no chat a questão de outubro. Então, se alguém tiver uma manifestação contrária a outubro que se manifeste para a gente pode colocar em votação a resolução como um todo. Não teve nenhuma manifestação. Antes da votação a Priscila. Priscila Contini Marcondes, Federação Espírita do Rio Grande do Sul - FERGS: Só uma observação, para fazer o encaminhamento por e-mail, isso é uma demanda foi tratada com o pessoal da equipe do FUNCRIANÇA a um bom tempo, para a gente até poder levar para o Fórum, para as outras instituições a respeito do título, colocar o assunto para facilitar a triagem da equipe, também a importância da frase na resolução para a gente já ir fazendo o que combinou, de fazer esse processo educativo, porque o pessoal encaminha e-mail e às vezes nós recebe retorno. Então, até por conta disso recebe o protocolo de retorno, senão recebeu é porque talvez o e-mail não tenha sido encaminhado corretamente. Só uma observação. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: Eu não entendi. Priscila Contini Marcondes, Federação Espírita do Rio Grande do Sul - FERGS: As pessoas não escrevem nada nos títulos dos emails, aí a pessoa que está fazendo a triagem, que recebe todos os emails no e-mail do FUNCRIANÇA, a

430

431

432

433 434

435 436

437

438

439

440

441

442443

444

445

446

447

448 449

450

451

452

453 454

455

456 457

458

459

460

461

462463

464

465

466

467

468 469

470

471

472473

474

475

476

pessoa tem que escrever no título do e-mail o assunto. A segunda coisa é que a gente envia os emails e acredita que foi recebido no FUNCRIANÇA, mas muitas vezes dá algum problema e não foi recebido. Em 2020 nós tivemos muitas ocorrências. Então, ali embaixo tem apenas uma pequena ressalva. A instituição encaminha o e-mail e para ter certeza de que foi recebido recebe um protocolo de retorno. Todo mundo está recebendo esse protocolo de retorno, senão recebeu é porque o e-mail não chegou. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: Entendi. Graziella Costa Emmert, Casa do Menino Jesus de Praga: Mas poderia colocar até uma resposta automática. Luís Carlos Enck, Fundação Tênis: Tem resposta automática. Eu acho que a gerência quando foi responder que diga que no anexo constam tais e tais documentos. Senão a gente acha que está andando dentro do FUNCRIANÇA, mas os documentos não entraram, porque deu problema no recebimento dos documentos. Maria Dorilda S. Vivian Xavier, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/POA: A Denise fazia isso. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS - ACM: Sim, acho que podemos fazer tipo um informativo a respeito do envio de emails. (Inaudível/interferência no áudio). Pode ser? Então, vamos colocar em votação a resolução. Quem é favorável à resolução com alteração para a data de 30 de outubro? Contrários? Abstenções? APROVADA A RESOLUÇÃO. A outra pauta que tenho aqui é aquela resolução sobre as aulas presenciais, que eu mandei lá no grupo para vocês. A ideia é tocar mais rápido aqui hoje, porque já fizeram a leitura e as ponderações. Eu posso fazer a leitura, se acharem interessante, eu só fiz uma última manifestação ali, porque eu coloquei a questão de sempre respeitando a faixa etária da criança, porque há um pedido da SMED para que a gente tenha retorno da famílias em algumas atividades. Assim, a gente trabalha com o público que a gente conhece e tem a especificidade deles, não necessariamente o indicador vai ser medido com o retorno da família, ele pode ser medido até com tratamento diferente para aquela criança, como a forma de desenvolvimento para aquela criança diferente. E não precisa mandar uma folhinha para casa para criança voltar e corrigir, porque é uma pintura, uma coisa, não tem esse retorno e às vezes nem pinta, às vezes nem tem espaço. Então, para respeitar a especificidade da faixa etária, porque tem essa questão de ter berçário, ter maternais e respeitar esse contexto como um todo. A gente já escutou família que dizia o seguinte: Eu não quero fazer nada, vou esperar a escola voltar, porque eu não sei fazer nada com a minha filha. No sentido mais de atividades lúdicas e pedagógicas, a gente sempre vai explorar que a família possa trazer outras questões, mas eu acho que a questão de respeitar essa faixa etária é importante. No fundamental dá para fazer muita coisa para quem tem internet, para quem consegue, mas quem não consegue é mais difícil. Só justificando porque eu coloquei essa questão em especial. Alguma manifestação quanto a isso? O que vocês querem? Faço a leitura ou não? Então, vou fazer a leitura (Leitura da resolução de recomendações de atendimento a crianças e adolescentes durante a vigência dos protocolos das medidas sanitárias referentes à bandeira preta do Estado do Rio Grande do Sul). Essa é a resolução a ser encaminhada. Alguma manifestação, pessoal, quanto a isso? Eu acho que a gente deveria colocar além de atividades remotas as atividades impressas entregues às famílias, porque a gente tem feito algumas atividades a quem tem pouco acesso á internet. Agora que eu olhei aqui. Onde fala recomendado que as atividades sejam online e em home office, colocar aqui. Gustavo Garcia Brock, Secretaria Municipal de Governança Local - SMGOV: Sugiro incluir "podendo ser disponibilizado material impresso". Luciano Ventura, Direitos Humanos -SMDSE: Boa observação. Acho que o termo até seria "garantindo a entrega de material

478479

480

481 482

483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494 495

496

497 498

499 500

501

502

503

504

505

506

507 508

509

510

511

512

513514

515

516

517

518

519

520

521 522

523

524

cristã de Moços do RS – ACM: Então: Recomendar que as atividades sejam online, home office e garantindo a disponibilidade de materiais impressos para as famílias que não possuem acesso à internet. É isso? Ok. Alguma sugestão a mais? Eu solicito à gerência que após aprovação que seja encaminhada com cópia para mim, o Gabinete da SMED, o Gabinete da FASC e à Governança, por gentileza. Gustavo Waschburger, Obra Social Imaculado Coração de Maria – OSICOM: Também à Secretaria de Desenvolvimento Social. Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS – ACM: Isso, é importante. Então, em votação, quem aprova a resolução de atendimento presencial também? Abstenções? Contrários? APROVADO POR UNANIMIDADE A RESOLUÇÃO. Agora a gente tem que pauta? Então, a gente encerra a plenária de hoje. Agradeço a todos e até a semana que vem se Deus quiser. Obrigada.

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, às 17h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.

Porto Alegre, 17 de março de 2021.